

# AMAZÔNIA

## A REGIÃO DE CARAJÁS

**MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO**  
Organizador

# AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



**Universidade Federal do Pará – UFPA**

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

**Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA**

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Char Bahia

**Editora NAEA**

Editor-Chefe: Silvío José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

**Conselho Científico**

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia,

Letícia Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro,

Portugal Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

**Coordenação de Comunicação e Difusão Científica**

Armin Mathis

**MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO**  
Organizador

# **AMAZÔNIA**

A REGIÃO DE CARAJÁS



**BELÉM**  
**2023**

**Diagramação**

Triunfal Gráfica e Editora

**Foto de capa**

Agropecuária Santa Barbara (Xinguara, Pará), antiga área dos castanheais Espírito Santo e Carajás.  
Autor: Bloomberg (Getty Images)

**Criação da capa**

Lucas França Rolim

**Revisão de texto**

Conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.  
Andrew Caetano (Editora Cubo)

**Padronização e normatização**

Lucas França Rolim  
Idelvandro José de Miranda Fonseca

**Editoração final**

Aurilene Ferreira Martins  
Editora NAEA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

---

A489      Amazônia: a região de Carajás [recurso eletrônico] / Maurílio de Abreu Monteiro, organizador. — Belém: NAEA, 2023.  
756 p.: il. 18,2 x 25,7 cm.

Inclui bibliografias  
ISBN 978-85-7143-217-8

1. Carajás, região de (PA) - Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento sustentável - Carajás, região de (PA). 3. Minas e recursos minerais - Carajás, região de (PA). 4. Planejamento regional - Amazônia. 5. Amazônia - Condições econômicas. I. Monteiro, Maurílio de Abreu, org.

CDD 23. ed. – 330.98115

---

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

Disponível em:

<https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8>

© Direitos Reservados aos autores

Editora NAEA

Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá  
Belém - PA - CEP 66.075-750 – (91) 3201-7231  
naeaeditora@gmail.com, editora\_naea@ufpa.br

# SUMÁRIO

Prefácio	1
<i>Carlos Antônio Brandão</i>	
<b>Parte 1 Região, aspectos teóricos e metodológicos</b>	<b>7</b>
<b>1</b>   A importância heurística da região, uma nota	9
<i>Marcos Alexandre Pimentel da Silva</i>	
<b>2</b>   Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás	17
<i>Maurílio de Abreu Monteiro e Regiane Paracampas da Silva</i>	
<b>3</b>   Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás	35
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Mirleide Chaar Babia e Edna Maria Ramos de Castro</i>	
<b>4</b>   Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais	53
<i>Fernando Michelotti, Humberto Miranda do Nascimento e Evaldo Gomes Júnior</i>	
<b>5</b>   Um diálogo possível? Aproximações e ressignificações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás	77
<i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	
<b>6</b>   Natureza, infraestrutura, mineração e urbanização: cartografando interseções históricas na região de Carajás	93
<i>Patrícia Capanema Álvares Fernandes</i>	
<b>Parte 2 Tópicos da história regional</b>	<b>115</b>
<b>7</b>   A Amazônia em páginas impressas: a Série Realidade Brasileira da <i>Folha de S. Paulo</i>	117
<i>Eduardo de Melo Salgueiro</i>	
<b>8</b>   Alteridades e outridades na região de Carajás	139
<i>Idelma Santiago da Silva, Flávia Marinho Lisboa e Laécio Rocha de Sena</i>	
<b>9</b>   Privatização de terras na Amazônia: o caso do Polígono dos Castanhais	159
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Amarildo José Mazutti e Regiane Paracampas da Silva</i>	
<b>10</b>   O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022)	183
<i>Janaílson Macêdo Luiz</i>	
<b>11</b>   Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada	207
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Maria Célia Nunes Coelho, Raimundo Garcia Cota e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	
<b>12</b>   Estado de Carajás: vontades de verdade em (dis)curso	231
<i>Flávia Marinho Lisboa</i>	

<b>13</b>   Do pentecostalismo à terra de realização <i>Fernando Arthur de Freitas Neves</i>	257
<b>Parte 3 Economia e região</b>	<b>279</b>
<b>14</b>   Crescimento econômico e competitividade espúria na Amazônia: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	281
<b>15</b>   Mercantilização de recursos naturais, desigualdade e pobreza na Amazônia: a região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	309
<b>16</b>   Relações mercantis e hierarquias na região de Carajás: um perfil econômico a partir de registros fiscais do estado do Pará <i>Lucas Rodrigues</i>	341
<b>17</b>   O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional <i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	361
<b>18</b>   A escala nacional importa? O novo padrão de acumulação no Brasil e a centralidade da região de Carajás <i>Giliad de Souza Silva</i>	381
<b>Parte 4 Conformação da rede urbana</b>	<b>415</b>
<b>19</b>   A inserção das cidades na configuração da fronteira amazônica: um estudo de morfologia urbana na região de Carajás, 2010 – 2020 <i>José Júlio Ferreira Lima e Lucas França Rolim</i>	417
<b>20</b>   Núcleos urbanos informais em Carajás: o caso das Regiões Imediatas de Marabá e Parauapebas <i>Sergio Moreno Redón, Gabriel Moraes de Outeiro, Ana Carolina Campos de Melo e Rafael Gonçalves Gumiero</i>	441
<b>21</b>   Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás <i>Daniel Nogueira Silva, Emílio Campos Mendes e Ritbielly Lira Sousa</i>	467
<b>22</b>   Panorama midiático da região de Carajás <i>Elaine Javorski Souza</i>	485
<b>Parte 5 Ensino e escola</b>	<b>503</b>
<b>23</b>   Letramento precário: uma faceta da configuração da região de Carajás <i>Vanja Elizabete Sousa Costa, Maurílio de Abreu Monteiro e Gabriel Costa Oliveira</i>	505
<b>24</b>   A escola como objeto de pesquisa histórica na e sobre a região de Carajás: notas iniciais <i>Erinaldo Vicente Cavalcanti</i>	523

<b>25</b>   Para superar abismos no ensino: um outro modo de organizar e construir conhecimento <i>Rosemeri Scalabrin</i>	545
<b>Parte 6 Elementos do agrário regional</b>	<b>569</b>
<b>26</b>   Trajetórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	571
<b>27</b>   Cenário e perspectivas para a produção animal na região de Carajás <i>Anaiane Pereira Souza, Caroline Nebo, Fernanda Franco Alves e Ester da Silva Criança</i>	613
<b>28</b>   Caracterização produtiva da atividade leiteira em estabelecimentos na região de Carajás <i>Jefferson Rodrigues Gandra, Fabíola Miranda da Silva, Lucas Magevski Soares, Paulo Vinícius da Costa Mendes, Erika Rosendo de Sena Gandra e Milena Raiane Alves da Silva</i>	637
<b>29</b>   O ônus ambiental do paradigma agropecuário em Carajás e a construção de alternativas <i>Diego de Macedo Rodrigues e Maurílio de Abreu Monteiro</i>	655
<b>Parte 7 Domínios da natureza</b>	<b>675</b>
<b>30</b>   Componentes naturais da paisagem na região de Carajás <i>Estêvão José da Silva Barbosa, Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas e Larissa Nascimento Fanjas da Silva</i>	677
<b>31</b>   Geoeologia: aportes para uma aproximação taxonômica das unidades de paisagens para a região de Carajás <i>Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, Edson Vicente da Silva e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	707
<b>32</b>   A matriz hidrográfica da região de Carajás: um estudo sobre unidades fluviais e pressões espacialmente explícitas na paisagem <i>Keid Nolan Silva Sousa</i>	729
<b>Sobre as autoras e os autores</b>	<b>751</b>

## A AMAZÔNIA EM PÁGINAS IMPRESSAS: A SÉRIE REALIDADE BRASILEIRA DA *FOLHA DE S. PAULO*<sup>1</sup>

Eduardo de Melo Salgueiro  

### INTRODUÇÃO: A AMAZÔNIA DE MEADOS DO SÉCULO XX

Nas décadas de 1960 e 1970, a Amazônia foi palco de grandes projetos empreendidos pelo Estado brasileiro, sendo alguns previamente iniciados na primeira metade do século XX. Os projetos desenvolvimentistas pretendiam impulsionar o “progresso” e o “desenvolvimento” da região. Neste capítulo<sup>2</sup> analisamos como um Suplemento Especial, publicado pelo jornal paulista *Folha de S. Paulo*, intitulado Série Realidade Brasileira, apresentou um diagnóstico da situação em que se encontrava a Amazônia, visando à proposição de projetos em favor da efetivação das relações capitalistas na região.

Conforme ressaltam Cardoso e Müller (2008), foi nesse período que a Amazônia “[...] será, então, zona preferencial para a aplicação de recursos gerados graças à política econômica e fiscal do governo central”. Além disso, “[...] interesses estratégicos e militares passaram a motivar mais consistentemente algumas políticas de ocupação da área” (Cardoso e Müller, 2008, p. 7).

Assim, foi nessa época que alguns empreendimentos na ordem da infraestrutura ficaram muito conhecidos, como os aeroportos das principais capitais, bem como o avanço das rodovias (destacando-se, aqui, pelo grande apelo midiático à época de sua construção, a BR-230, mais conhecida como rodovia Transamazônica), dos portos e, em especial, a idealização por parte do Estado de “colonizar o vazio” em seus diversos governos (intensificado no regime militar). Conforme informam Monteiro e Silva (2023), “[...] as ações dos governos militares criaram condições de acesso a um vasto estoque de recursos naturais, valorizados, no geral, de forma muito homogênea”. Os autores ainda salientam que

A negação da diversidade biológica e social preexistente resultou no rápido crescimento de uma economia mercantil de base primária, sustentada, sobretudo, pela mineração industrial e pela pecuária bovina, que não apenas assumiram a condição de vetores de homogeneização da economia, mas também

<sup>1</sup> Publicado originalmente em Novos Cadernos NAEA, 25(4), dez. 2022.

<sup>2</sup> Este texto soma-se a outros dois artigos, previamente publicados por mim, nos quais também faço análise da Série Realidade Brasileira. Nesse sentido, trata-se de uma discussão que tenho empreendido sobre tal publicação e que deve ser compreendida como um todo, isto é, em conexão um ao outro. Assim, sugiro a leitura de Salgueiro (2017, 2021). Agradeço à discente do curso de História, Alessandra Almeida, pela ajuda na organização dos dados para a presente publicação.

contribuíram para a edificação, fora do domínio estrito das relações econômicas de produção e do aparato estatal, de identidades sociais vinculadas a valores implícitos e explícitos de um determinado modo de vida (Monteiro e Silva, 2023, p. 31).

A ideia, naquele contexto, sem sombras de dúvidas, era elevar aquele “sertão”, isto é, “espaço vazio”, para a condição de “espaço civilizado”, ou, dito de outro modo, incorporado ao mundo capitalista e à parte da nação entendida como mais desenvolvida. Nesse sentido, aqui se compreende tal *sertão* como um espaço que é distante economicamente do centro de produção capitalista, que carece de investimentos de capitais para seu pleno desenvolvimento.

A historiadora Lylia Galetti, analisando o antigo estado de Mato Grosso<sup>3</sup>, traduz essa concepção se fazendo o seguinte questionamento: “em relação a quê Mato Grosso estava distante?” Sua resposta vem adiante e é bastante significativa para nossa análise:

Situar-se muito longe significava, então, algo mais que contabilizar léguas e dias, e “perto” dizia respeito a uma representação espacial que designava a proximidade com a cidade, seus signos de civilização e, sobretudo, com o maior mito do ideário liberal: o mercado [isto é], “perto” era qualquer lugar que permitisse o fluxo ininterrupto e num tempo relativamente curto, de mercadorias, pessoas e informações (Galetti, 2012, p. 101).

Nesse sentido, um dos exemplos daquilo que é compreendido por “signos de civilização” certamente atravessa a questão do contingente populacional. A Amazônia, por exemplo, na década de 1960, dispunha de aproximadamente 2.601.519 habitantes. Passado o período de uma década, verificou-se um considerável incremento demográfico, dado que, em 1970, encontravam-se no mesmo espaço cerca de 4.197.038 habitantes (Loureiro e Pinto, 2005, p. 79)<sup>4</sup>. Os moradores da Amazônia, em grande parte, provieram de outras localidades para trabalhar nos projetos de infraestrutura na região, bem como tinham em seu horizonte a perspectiva de obter terras e trabalho para sua subsistência. Ademais, o Estado brasileiro, especialmente – mas não exclusivamente – no regime militar, buscou mecanismos que incentivassem empresários de outras regiões do Brasil e do exterior a investir capital na Amazônia.

De acordo com Pereira, a interligação que houve entre a região Norte com o Centro-Sul e o Nordeste brasileiro deu-se por meio rodoviário, “[...] mas também, e, sobretudo, por meio da política econômica e desenvolvimentista do Governo Federal de ocupação dos ‘espaços vazios’ [que] mobilizou muitos empresários e migrantes pobres rumo à Amazônia em busca de terra, trabalho e de lucro” (Pereira, 2013, p. 42).

---

<sup>3</sup> O antigo Estado de Mato Grosso foi dividido no ano de 1977, por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro, sob o regime do então Presidente Gal. Ernesto Geisel.

<sup>4</sup> É importante fazermos duas observações em relação à estimativa populacional da Amazônia. Os autores citados, em rodapé, mencionam o seguinte: “Refere-se à Amazônia clássica ou geográfica (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, este criado em 1991; a população corresponde àquela que habitava a área desmembrada para formar aquele estado). IBGE, Censos Demográficos, Rio de Janeiro, 1960-1970” (Loureiro e Pinto, 2005). Nesse sentido, embora sejam dados oficiais, não podemos deixar de observar todas as limitações envolvendo a inclusão, por exemplo, dos povos originários nos censos demográficos. Conforme destacam Dias Júnior e Verona (2018, p. 2), respaldados em diversos autores, “[...] a contagem da população indígena no Brasil sempre foi um desafio para os pesquisadores. De maneira geral observa-se uma carência de dados demográficos sobre esses povos no país [...] Muitos pesquisadores e instituições governamentais e não governamentais tomam o ano de 1991 como marco da presença indígena no questionário do Censo Demográfico brasileiro”. É importante frisar, entretanto, que os mesmos autores indicam que para os censos de 1872, 1890 e 1960, é possível perceber de maneira direta a presença indígena nos indicadores. O mesmo não pode ser dito para o censo de 1970, por exemplo. De todo modo, o que busco explicar, para tal ponto, é que devemos observar os dados demográficos do período com ressalvas.

É importante ressaltar, adicionalmente, que a construção da Transamazônica (Figura 1), por exemplo, fazia parte de um conjunto de estratégias do governo que extrapolava a questão econômica, pois “[...] a decisão de construir esta estrada parece ter sido motivada por duas razões distintas e complementares (...) estratégias de uma geopolítica preocupada com os ‘vazios territoriais e demográficos’ e o excesso de população pobre no Nordeste” (Cardoso e Müller, 2008, p. 113).

É válido salientar, conforme nos mostram Rapozo e Silva (2013), essa política de integração regional ao nacional

[...] significou uma tentativa de dar homogeneidade às estruturas socioeconômicas. Neste sentido o papel do Estado brasileiro foi o de impor um processo forçado de modernização acelerada através da crença nos programas de desenvolvimento e valorização econômica sem ater-se às consequências socioambientais deste processo, profundamente contextualizadas no modo de vida das sociedades locais (Rapozo e Silva, 2013, p. 8).

Os autores acima citados trazem uma importante discussão sobre concepções desenvolvimentistas que eram predominantes naquele contexto e giravam em torno do conceito de *valorização*. Dessa forma, criou-se uma Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (Spvea) que, por sua vez, imprimia “uma conotação muito mais econômica”, quando se adotava um modelo de política pública que estava designada a “[...] incentivar a *valorização econômica*, em detrimento de uma política de transformações sociais alcançáveis pela sociedade em geral” (Rapozo e Silva, 2013, p. 8).

O que nos importa, em particular, são as ações que marcaram esse plano, as quais giravam em torno do

[...] estímulo ao desenvolvimento econômico de setores considerados potencializáveis, intensificando a produção de matérias-primas, alimentos, financiamento através de créditos capazes de capitalizar a iniciativa privada, estimulando, sobretudo, a criação de *colônias agrícolas* através do estímulo estratégico da agricultura a partir da ocupação de fronteiras e da introdução de uma *mentalidade agrícola* na população local” (Rapozo e Silva, 2013, p. 8, grifos do autor).

Essa “mentalidade agrícola” foi bem ilustrada pelo antropólogo Jeffrey Hoelle (2021), em estudo que tratou de compreender a “cultura do gado” que se instalou em boa parte da Amazônia. Seu foco é o estado do Acre, mas pode ser estendido a outros espaços, como as regiões sul e sudeste do Pará. Vale a pena a extensa citação abaixo, pois o autor ressalta que, em sua passagem pela região em 2010,

[...] logo encontrei caubóis vivendo uma vida country. Me deparei com uma persistente parcela da população, incluindo ex-seringueiros, que ostentavam suntuosos e reluzentes cintos com fivela, jeans apertados, e *uma preferência por pasto “limpo”*, ao invés de floresta. Pouco a pouco, me dei conta de quanto o gado se difundiu desde o avanço da frente colonizadora e “desenvolvimentista” sobre o Acre, a cerca de quarenta anos atrás. Enquanto os melhores touros dos fazendeiros descansavam em pastos bem tratados, crianças seringueiras cavalgavam seus bois domésticos ao longo das estradas de seringa em direção à escola. Estava evidente que o crescimento da criação de gado vinha acompanhada do que chamo de “cultura de gado”, ou seja, *uma visão da vida rural orientada pelo gado, que era celebrada tanto no campo, onde peões sem bois cavalgavam touros nos rodeios dos finais de semana, quanto na cidade, onde os despossuídos da floresta dançavam ao sabor da música country*, lamentando uma idílica vida rural, que permaneceu presa em algum lugar, no meio do caminho, entre a vida urbana e a floresta (Hoelle, 2021, p. 26, grifos meus).

Claro que há um processo histórico que alimentou essa cultura e que tem ampla relação com o modelo desenvolvimentista empreendido desde meados do século XX, sobretudo a partir dos anos 1970. Para o francês Rist (2008), no interior de um pensamento convencional (*conventional thinking*), a busca por uma definição para aquilo que se compreende como *desenvolvimentismo* oscila entre dois extremos. Vejamos,

*a) the expression of a (doubtless general) wish to live a better life, which seems deliberately to ignore the fact that the concrete ways of achieving it would run up against conflicting political choices; and (b) the great mass of actions (also often conflicting with one another) which are supposed eventually to bring greater happiness to the greatest possible number. The weakness of these two perspectives is that they do not allow us to identify 'development': it appears in the one case as a subjective feeling of fulfilment varying from individual to individual, and in the other as a series of operations for which there is no a priori proof that they really contribute to the stated objective (Rist, 2008, p. 12).*

**Figura 1 – Aspecto da construção da rodovia Transamazônica no município de Marabá, 1981.**



Foto: Juca Martins (OlharImagem).

Conforme se vê, a noção de *desenvolvimento* é polissêmica e, por vezes, até mesmo contraditória. Nesse sentido, o autor o traduz de uma forma que parece se encaixar perfeitamente ao que tem sido pensado e executado pelo Estado e pelos capitais privados, historicamente, para a Amazônia. Em suas palavras,

*‘Development’ consists of a set of practices, sometimes appearing to conflict with one another, which require – for the reproduction of society – the general transformation and destruction of the natural environment and of social relations. Its aim is to increase the production of commodities (goods and services) geared, by way of exchange, to effective demand* (Rist, 2008, p. 13).

Gilbert Rist, ainda, esmiúça os “termos-chave” de elaboração conceitual, pois, para ele, *set of practices* quer dizer práticas econômicas, sociais, culturais e políticas, isto é, são elas que reproduzem na sociedade tudo aquilo que “*Enable the world system to reproduce itself by expanding the area within its grasp, so that it assures the existence of societies (or social classes) included within the system, and washes its hands of those excluded from it*” (Rist, 2008, p. 13).

Segundo Monteiro e Silva (2023), amparados em Harvey (1975), é inevitável relacionarmos “[...] os fundamentos da expansão geográfica e da reorganização espacial com os da acumulação capitalista”. Nesse sentido, “[...] é possível depreender que o processo de produção do espaço vincula-se, necessariamente, às características de um sistema ‘altamente dinâmico e inevitavelmente expansível’” (Monteiro e Silva, 2023). Assim, o avanço rumo à fronteira amazônica torna-se inevitável num modelo desenvolvimentista dessa natureza.

Um aspecto, em especial, nos parece ser bastante útil para os objetivos deste artigo, qual seja, quando Rist (2008) compreende que, sob a ideia de “desenvolvimento”, há transformação e destruição natural do meio ambiente (processo pelo qual a Amazônia tem se deparado especialmente após o agressivo avanço de meados do século XX, em diante). Em suas palavras, isso se dá – no mundo capitalista – pelas seguintes razões:

*The economic process which, for example, transforms ore into steel, oil into exhaust gas, or forest into ‘resources’, necessarily entails destruction. A previously available resource is thus converted into an object or a product whose recycling is either problematic (requiring new energy costs) or impossible – with the result that the destruction of the natural environment becomes worse still (pollution). This entropic phenomenon is by no means new – indeed, it accompanies every physical process on the planet – but its effects have grown considerably since the Industrial Revolution* (Rist, 2008, pp. 14-15).

O preâmbulo feito anteriormente nos ajuda a compreender a visão predominante de projeto desenvolvimentista para a Amazônia, que corresponde àquela mais próxima do conceito elaborado por Rist (2008), isto é, que busca integrar os espaços distantes do centro de produção de bens e mercadorias capitalistas que, por sua vez, compreende *desenvolvimento* predominantemente como crescimento econômico. Essa concepção será exemplificada aqui por meio dos suplementos especiais publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* dedicados à Amazônia.

Os projetos desenvolvimentistas foram elaborados sem qualquer escuta de grupos que, historicamente, não participaram ativamente desse processo. Conforme vimos, também, em Rist (2008), no interior de um projeto desenvolvimentista de natureza predatória, a expansão desenfreada é aquilo que garante e assegura a reprodução do próprio sistema, mesmo que “lave as mãos dos excluídos dele” (...).

O objetivo, a seguir, é apresentar como a grande imprensa<sup>5</sup> (exemplificada pela Série Realidade Brasileira) imprimiu também suas próprias visões sobre aquilo que compreendia como ideal de desenvolvimento econômico para a Amazônia. Isso nos mostra, evidentemente, que toda e qualquer produção periódica – parafraseando Darnton et al. (1996, p. 15) – ajuda a dar forma aos eventos que registra, como uma força ativa e não meramente um “ingrediente do acontecimento”.

Evidentemente, não será possível contemplar profundamente os fascículos da Série Realidade Brasileira, publicados como suplemento especial do jornal *Folha de S. Paulo*, uma vez que o que se apresenta aqui se dá no formato de artigo, com as limitações de espaço que são comuns a essa modalidade de publicação<sup>5</sup>.

### **A FOLHA DE S. PAULO E A COLEÇÃO “SÉRIE REALIDADE BRASILEIRA”**

Partimos da hipótese segundo a qual havia a compreensão de que, para que o discurso desenvolvimentista fosse bem-sucedido, seria necessário também construir uma série de “representações” sobre o espaço amazônico, isto é, pretendia-se “pintar” um novo retrato desse espaço, considerado, ainda no século XX, um “inferno verde”, a partir de determinados interesses que guiavam a escrita dos artigos publicados na *Folha de S. Paulo*. Dito de outro modo, conforme o conceito operacionalizado por Chartier (2011, p. 20), seria necessário criar “[...] operações de classificação e hierarquização que [produzissem] as configurações múltiplas mediante as quais se percebe[sse] e representa[sse] a realidade” exposta em suas páginas. Assim, o que se pretende aqui é evidenciar tais representações.

É importante ressaltar que a *Folha* já circulava desde 1921, sob o nome *Folha da Noite*, e sofreu inúmeras transformações até os anos 1960. Conforme informam Capelato e Mota (1981), a partir de 1962, “[...] o jornal passava à responsabilidade de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho” e, na ocasião em que assumiram a direção do periódico, uma nota da redação foi publicada, ressaltando algo significativo: “A ‘Folha de S. Paulo’ continua a *serviço do Brasil*, em cujo futuro confia firmemente” (1981, p. 183, grifo dos autores).

Nota-se, assim, que os diretores afirmavam que o jornal estava a serviço da nação, isto é, havia um projeto editorial que visava a exercer efetivo papel de influência nos rumos do desenvolvimento nacional. Foi nesse período, também, que se iniciou uma reconfiguração do complexo editorial do periódico. Ainda na avaliação de Capelato e Mota (1981), a partir de 1962 até 1967, começava-se uma “reorganização administrativa e tecnológica” e, entre o período de 1968 e 1974, houve uma “revolução tecnológica” na empresa. O tom mais empresarial dado pelos novos administradores acabou culminando com a recuperação financeira, modernização de suas máquinas e incremento no âmbito da infraestrutura.

O que nos importa aqui reside no fato de que um projeto mais ambicioso se inaugurava nos anos 1960 e, editorialmente, a *Folha de S. Paulo* buscava influenciar também os rumos do país. Conforme informa Barzotto (1992), é central que não percamos de vista o fato de que um projeto

---

<sup>5</sup> Grande imprensa é compreendida aqui genericamente como “[...] o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (Luca, 2008, p. 149). Para uma melhor compreensão do objeto em tela, ver Salgueiro (2017, 2021).

editorial com forte perfil empresarial muito provavelmente irá “surfear” nos projetos nacionais pensados para uma determinada época. Nas palavras do autor,

A imprensa que pretende-se firmar-se economicamente tende a assumir as feições do período político em que está inserida – embora isso não se dê sem conflitos –, portanto, não só reflete nuances do período, como também o absorve para garantir sua sobrevivência. Enquanto comércio, é de se esperar que o engajamento da imprensa se dê a tendências que propiciem maior margem de lucros (Barzotto, 1992, p. 18).

Assim, as publicações se deram da seguinte maneira. Uma primeira delas foi lançada em abril de 1967, sob o título “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”. Somente em 1968, é que houve um efetivo projeto editorial chamado de Série Realidade Brasileira, no qual foram publicados vários fascículos que abordavam as cinco regiões do país. O que se pretendia, dito de maneira bastante objetiva, era identificar o “Brasil real”, mas vislumbrando um “Brasil ideal”, pensando o desenvolvimento econômico em seu horizonte.

Ao todo foram lançados dezoito fascículos, sendo os dois primeiros publicados juntamente: “Brasília: Capital da Integração Nacional” e “Centro-Oeste: vazio em ocupação”. Em relação à Amazônia, foram quatro edições, sendo que a primeira delas trazia forte representação sobre aquilo que permeava o imaginário social a respeito do espaço amazônico, isto é, a ideia de vazio, já que foi intitulado de “A ocupação do vazio: Amazônia”.

É interessante notar como as imagens apresentadas pelo periódico traduzem sua visão de mundo sobre o avanço das forças produtivas capitalistas rumo à região amazônica. A primeira capa do fascículo, por exemplo, apresentava uma ilustração de três pegadas humanas, que iam em direção à ocupação da região, avançando sobre a natureza, uma das principais antagonistas ao projeto desenvolvimentista da época.

Irreversível, o avanço diante da natureza simbolizava o progresso em um quadro pintado para o futuro. Isso nos remete ao estudo de Dutra e Silva (2014), que avaliou o caso da rodovia Belém-Brasília em seu período de construção. Para o autor, naquele momento, constituía-se “[...] a tradição de enfrentamento da natureza [que] era evidenciada em nome do progresso” (Dutra e Silva, 2014, p. 24). Ainda nas palavras do autor, eram nítidas as relações existentes “[...]entre as políticas desenvolvimentistas e percepção da natureza como impedimento ao progresso [que, por sua vez,] apresentavam-na como inimiga do progresso e que, portanto, a relação estabelecida [na época] incentivava o enfrentamento” (Dutra e Silva, 2014, p. 28).

Nota-se que a concepção de “espaços vazios” é central naquela narrativa, não só textualmente, mas também pela representação imagética ali disposta, uma vez que é necessário que se construa de uma maneira bem-sucedida aquilo que Barzotto (1992) chama de “encadeamento de sentidos”. Ainda nas palavras do autor, naquele contexto, “[...] o deslocamento do espaço geográfico era colocado como condição necessária para a integração no tempo moderno e a mudança de condição social era aventada como promessa e, às vezes, como consequência desse deslocamento” (Barzotto, 1992, p. 25). Assim, o domínio exercido sobre a natureza media o grau civilizatório do país, encontrando – inclusive – consonância ao ideário norte-americano presente na época (Garfield, 2009).

Conforme mencionado anteriormente, a Série Realidade Brasileira dedicou quatro números para tratar das questões relacionadas à Amazônia, além daquele que foi publicado em 1967. As publicações foram divididas por grandes temas, considerados pela direção editorial desse projeto editorial como centrais para o desenvolvimento econômico da região. A seguir apresentamos um quadro que nos mostra os títulos de cada um deles, pela ordem de publicação.

**Quadro 1 – Edições do suplemento especial Amazônia, do jornal *Folha de S. Paulo*.**

Título	Data
Amazônia: Um vazio cheio de riquezas	16 de abril de 1967
A ocupação do vazio	28 de abril de 1968
A filosofia dos grandes lagos	05 de maio de 1968
Os caminhos da ocupação	12 de maio de 1968
Dinheiro & desenvolvimento	19 de maio de 1968

Fonte: Amazônia: um vazio cheio de riquezas (1967); Amazônia, O pote de ouro (1968); Amazônia, Reserva estratégica e econômica (1968); As grandes perguntas do debate amazônico (1968); e A ocupação do vazio (1968). Elaborado pelo autor.

Nota-se como os títulos já nos guiam para uma percepção geral a respeito daquele projeto editorial. Conforme ressalta Chartier, devemos compreender todo e qualquer detalhe, seja a materialidade de um objeto impresso, ilustrações, ou seus títulos e subtítulos, como “protocolos de leitura”, isto é,

[...] sinais visíveis, ou senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido (Chartier, 1996, p. 95).

Assim, é sintomático observarmos algumas palavras-chave naqueles títulos. A palavra “vazio” aparece em dois deles, bem como “ocupação”. Ademais, “riquezas”, “dinheiro” e “desenvolvimento” também devem ser percebidos como centrais para a compreensão daquela visão de mundo que nos remete, outra vez, ao já citado trabalho de Rist.

Assim, o primeiro suplemento especial, publicado em 1967, “Amazônia: um vazio cheio de riquezas”, deu ênfase à questão da “ausência” de braços e capitais para o pleno desenvolvimento econômico da região. Em seu editorial, texto central para que compreendamos a efetiva posição de uma publicação periódica, podemos observar a tônica do que defendia aquele projeto.

Ao virar a primeira página daquele caderno especial, nos deparamos com o editorial escrito por Calazans Fernandes, diretor da Sucursal Norte/Nordeste da *Folha*, intitulado “Vazio”. O título, embora resumido em apenas uma palavra, representa perfeitamente uma das principais preocupações dos projetos desenvolvimentistas da época, isto é, ocupar o *vazio* com capitais.

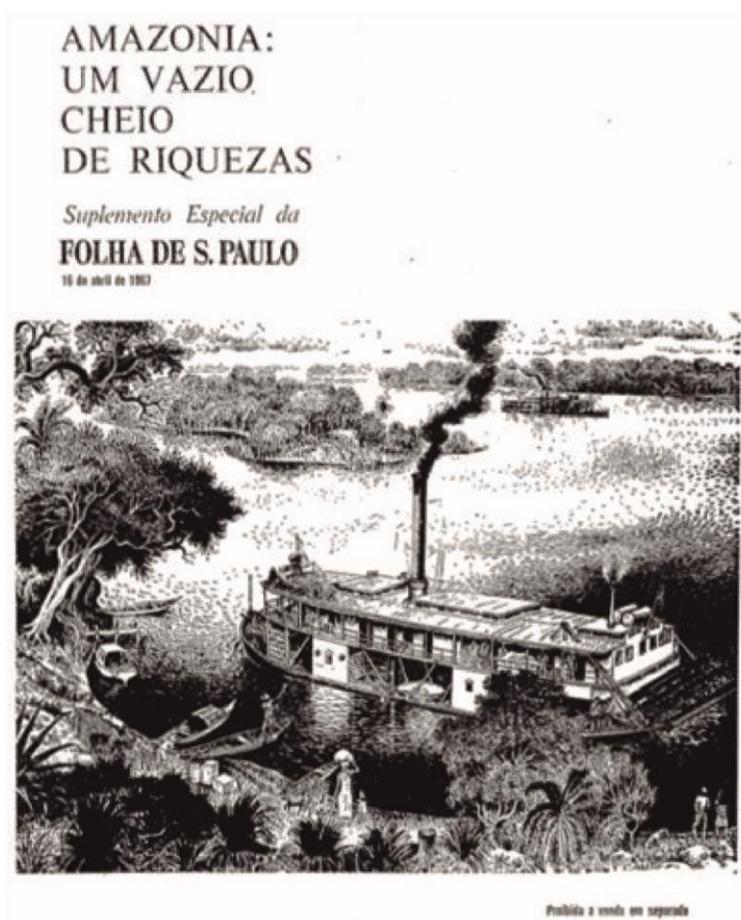
É importante ressaltar que, dentre as características presentes num editorial, a *condensabilidade* tem significativo papel, pois para esse gênero jornalístico é “[...] um tipo de escrito que deve focalizar *uma ideia central única*, uma vez que, quando se quer exprimir várias ideias em um curto espaço, geralmente se cria confusão e não se pode concluir bem” (Beltrão, 1980, p. 88). Logo, era preciso insistir nessa ideia de “vazio” que, para a análise em tela, é compreendida e operacionalizada perfeitamente bem pelo conceito de representação, uma vez que ele nos permite

[...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social [bem como] assinalar as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo (Chartier, 2011, p. 20).

A representação da capa simbolizava (Figura 2) o que aquele editorial desenhava para a época, isto é, um espaço no qual o vagaroso ritmo fluvial precisava ser superado. Foram inúmeras frases de efeito naquele texto, nas quais várias representações sobre aquela região podem ser percebidas. Vejamos, a seguir:

A história da Amazônia tem sido cultivada e mesmo defendida com o sangue de brasileiros, *mas até hoje não se conseguiu escrevê-la*. Pois a Amazônia permanece, na quase totalidade de sua extensão, indevassada e impenetrada pelo homem (Amazônia: um vazio cheio de riquezas, 1967, grifos meus).

**Figura 2 – Reprodução da capa do suplemento especial do jornal *Folha de S. Paulo* “Amazônia: um vazio cheio de riquezas”.**



Fonte: Amazônia: um vazio cheio de riquezas (1967).

Nota-se a concepção de fundo que norteia tal narrativa, que é aquela segundo a qual onde não há desenvolvimento capitalista, igualmente, não há história. Quando se diz que é preciso

“escrevê-la”, ora, isso quer dizer que as populações que ali residem historicamente não se inseriram dentro do mundo em desenvolvimento. Seu vazio, claro, não era apenas demográfico, mas um “vazio de progresso”, isto é, a ausência de projetos que pudessem elevar aquele lugar ao *status* de região desenvolvida. Sob esse aspecto, diz o editorial que

[...] busca o Suplemento mostrar *o grande campo aberto à iniciativa privada na Amazônia* e o desafio que se coloca para a imaginação criadora do empresariado nacional, indicando, nesse sentido, as portas de entrada da ocupação amazônica, as oportunidades para investimentos industriais e a legislação especial de incentivo à livre empresa (*Amazônia: um vazio cheio de riquezas*, 1967, p. 3, grifos meus).

Percebe-se, adicionalmente – e será assim em todos os números publicados –, o quanto a publicidade daquelas edições estavam em consonância ao projeto ali idealizado. Ao abrirmos a página inicial do fascículo anteriormente mencionado, notam-se duas propagandas, sendo uma de bebida alcoólica e outra que nos interessa mais de perto. Esta última é uma propaganda veiculada pela “3J Agropecuária Junqueira Vilela S.A”, sediada no estado de São Paulo. A imagem que a ilustra é bastante interessante. Tratava-se de uma porteira aberta de uma fazenda com a convidativa mensagem: “ENTRE: NOSSO NEGÓCIO É BOI”.

Aquela publicidade pretendia chamar investidores a trabalhar diretamente com a criação de gado, dando ênfase à parte amazônica de Mato Grosso. Assim, na mesma propaganda há dois fragmentos que merecem destaque: “Com perdão da expressão, boi é o nosso negócio” e “Ainda com o perdão da expressão, investir em boi é investir no presente e no futuro” (*A ocupação do vazio*, 1968, p. 3).

Duas considerações merecem ser feitas, adicionalmente, em relação a essa propaganda. A primeira reside no visível vínculo entre aquilo que se apresenta no anúncio e o que se pretende naquela publicação. Logo, conforme ressalta Barzotto (1992), embora falando de outra modalidade de publicação, esse é o caso no qual fica nítido que o anunciante e aquilo que ele anuncia não se apresentam somente como “[...] publicidade, mas [indicam] uma *concepção de sociedade*, tanto através de peças publicitárias como também através das matérias publicadas” (Barzotto, 1992, p. 12, grifos meus). Uma segunda observação a ser feita reside no fato de que se tratava de uma publicidade de página inteira, publicada do lado direito do jornal (suporte físico). Assim, conforme destaca Ferreira (2003, p. 113),

[...] a página da direita é privilegiada por seu aspecto físico, dada a maior mobilidade das páginas à esquerda do suporte, a direita, é a página na qual o leitor detém mais o olhar, por ser aquela que primeiro desvela-se ao olhar leitor, ao virar de páginas, além de apresentar-se sem as ondulações características da página esquerda, que graças ao modo como as folhas são coladas impede que as mesmas se apresentem planas. Por se tratar de um lugar privilegiado da revista, a página da direita tornou-se um produto comercialmente mais caro.

De todo modo, o fato é que tanto o editorial anteriormente mencionado como a propaganda veiculada indicam o que seriam as publicações da Série Realidade Brasileira (Figura 3), que visava a apresentar, para a Amazônia, projetos que vislumbrassem alcançar o *status* de região desenvolvida, sob o impulso do progresso que urgia na época. Vejamos, a seguir, como foram pensadas as capas de cada uma das edições dedicadas à região e, somadas aos títulos dados a elas, conseguiremos – com toda certeza – compreender tais representações, forjadas nas páginas do periódico analisado.

Figura 3 – Reprodução das capas do suplemento especial do jornal *Folha de S. Paulo*: Série Realidade Brasileira.



Fonte: Acervo *Folha de S. Paulo* (s.d.).

Quando falamos em “representações”, não podemos perder de vista que elas são visões de mundo, impressas numa agenda (qualquer que seja), e que estão dispostas a tornar real as imagens que elas impõem, com o intuito de fazer crer que aquele é o olhar correto sobre aquilo que representam. Nas palavras de Chartier (1990), trata-se de “[...] compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio” (Chartier, 1990, p. 17).

No que diz respeito aos temas abordados, vários deles giravam em torno de infraestruturação geral do espaço amazônico, mineração, ocupação, projetos agropecuários, extrativismo, entre outros. É válido lembrar que, quando foi publicada a Série Realidade Brasileira, isto é, no final dos anos 1960, iniciava-se o processo de avanço desmedido da ocupação da região com projetos diversos, incluindo os agropecuários que, aliás, foi um dos seus eixos econômicos principais.

Daí decorreram vários problemas, como observa Hébette (1991), para quem foi nesse período que os chamados “grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia” ganharam vulto. Assim, “na aparência de um aceno amigo [seu resultado foi] um abraço traiçoeiro”, uma vez

que por trás “[...] da promessa de dias melhores e de juramentos de prosperidade futura (‘Integrar para não entregar’) [emergiu] a ameaça da destruição ambiental, da desintegração social e cultural”. Adicionalmente, informa o autor que o que houve foi a promoção de “Latifúndios [que] se espalharam em toda a Amazônia [tais como] JARI, VOLKSWAGEN, BRADESCO” (Hébette, 1991, p. 7, palavras em caixa-alta do original).

Para o presente texto, como já pude mencionar, não será possível fazer uma vasta análise de tudo que pode ser contemplado naquela publicação, entretanto, se observarmos algumas de suas características gerais, bem como determinadas reportagens, poderemos compreender como aquele momento foi central para pensar projetos que, lamentavelmente, trouxeram uma porção de contradições sociais para o espaço hoje amazônico. Levando isso em consideração, parece-me importante apresentar os títulos das reportagens destacadas em todos os sumários das quatro publicações dedicadas exclusivamente à Amazônia. Nesse sentido, peço licença ao(à) leitor(a) para mostrar o Quadro 2.

Como vimos anteriormente (Quadro 1), a Série Realidade Brasileira dividiu suas publicações em alguns grandes temas, traduzidos pelos títulos ali expostos (primeira coluna do Quadro 2). No que diz respeito ao número de reportagens em cada um deles, havia certa variação. A título de exemplo, aquela que contou com menor número foi a última (“Dinheiro & Desenvolvimento”), que trouxe apenas três reportagens e, contrastando com ela, a publicação com maior volume de conteúdo (em termos de número de reportagens) foi a terceira (“Os caminhos da ocupação”), totalizando oito. Somadas todas as edições, foram vinte e quatro reportagens.

Quando se observam os temas apresentados em sumário e discutidos no interior daquelas publicações, nota-se a predominância de algumas linhas gerais, que pode ser ilustrada a partir dos seguintes tópicos: *ocupação/vazio; investimentos/ desenvolvimento econômico; segurança nacional*.

Quando fazemos essa leitura panorâmica de todos esses títulos, notamos que há, por certo, uma tentativa de fazer um diagnóstico geral do estado em que se encontrava a Amazônia e, por consequência, diversas proposições em favor de seu desenvolvimento econômico.

Se observarmos a primeira edição de 1968, por exemplo, que abre a série de fascículos, há notória concepção de fundo que compreende a Amazônia como um “vazio eterno”, remetendo, inclusive, ao início do século XX, quando – por exemplo – Euclides da Cunha escreveu no preâmbulo para “Inferno Verde”, de Alberto Rangel, que aquela região seria “[...] a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis” (Cunha, 2001, p. 27).

O que é simbolicamente significativo reside no fato de que tal texto foi escrito no início do século XX e, algo em torno de sessenta anos depois, a concepção de que aquele espaço ainda era uma “página” a ser escrita permanecia presente. É claro, trata-se de contextos distintos e de produções diferentes, já que uma é obra literária e a outra, jornalística, com pretensões de cientificidade no interior de suas reportagens.

**Quadro 2 – Reportagens da coleção Série Realidade Brasileira – fascículos sobre a Amazônia.**

Edição	Título	Teor do texto
A ocupação do vazio	A ocupação	Debate sobre o “vazio”.
A ocupação do vazio	Reserva estratégica e econômica	É lícito manter a Amazônia intacta?
A ocupação do vazio	Como investir na Amazônia	Investimentos.
A ocupação do vazio	Como vive o homem na Amazônia?	Alteridade/curiosidade.
A ocupação do vazio	Pesquisa, prioridade esquecida	Pesquisa científica.
A ocupação do vazio	O pote de ouro	Fronteira, soberania e integridade nacional.
A ocupação do vazio	Uma política de segurança para a Amazônia	Segurança nacional.
A filosofia dos grandes lagos	Numa só Amazônia, muitos países	Caráter multinacional da Amazônia na América do Sul.
A filosofia dos grandes lagos	Segurança nacional ou <i>national security</i> ?	Preocupação com ocupação estrangeira.
A filosofia dos grandes lagos	Novo foco sobre a Amazônia	<i>Hudson Institute</i> e a implantação de uma avaliação sobre ações de desenvolvimento destinadas à Amazônia.
A filosofia dos grandes lagos	Um sistema sul-americano de grandes lagos	Dúvidas que são estabelecidas, sobre o porquê da implantação de um sistema de lagos.
A filosofia dos grandes lagos	Folhetos da <i>Salig Brothers Real Estate Co.</i>	Importância da Amazônia para grandes negócios imobiliários.
A filosofia dos grandes lagos	Selig acusa o Brasil	Grilagem e vendas de terras a estrangeiros.
Os caminhos da ocupação	As grandes perguntas do debate amazônico	Desenvolvimento amazônico: dúvidas e problemas.
Os caminhos da ocupação	Como povoar a Amazônia	Demografia e incorporação à economia nacional.
Os caminhos da ocupação	Centro-Oeste, porta da Amazônia	Grandes desenvolvimentos nessa região (infraestrutura).
Os caminhos da ocupação	Juta, riqueza mal aproveitada	Exploração econômica no município Juta, do Amazonas.
Os caminhos da ocupação	Por que a Amazônia deve ser brasileira	Segurança nacional.
Os caminhos da ocupação	Uma região a explorar ou a desenvolver?	Esforços para o desenvolvimento amazônico.
Os caminhos da ocupação	Borracha, sua glória e desencanto	História da economia da borracha
Os caminhos da ocupação	Borracha paga juros à guerra	Pagamento de dívidas relacionadas à venda da borracha na II Guerra Mundial
Dinheiro & Desenvolvimento	SUDAM – missão, recursos e ação	SUDAM
Dinheiro & Desenvolvimento	Amazônia, desafios e contribuição	Futuridade amazônica: seu desenvolvimento
Dinheiro & Desenvolvimento	Manaus, uma zona franca	Indústria e comércio na zona franca

Fonte: Amazônia, O pote de ouro (1968); Amazônia, Reserva estratégica e econômica (1968); Amazônia: um vazio cheio de riquezas (1967); e As grandes perguntas do debate amazônico (1968). Elaborado pelo autor.

Mesmo nos anos que seguiram as publicações do final da década de 1960, as visões no interior do próprio Governo Federal insistiam nessa ideia de vazio, tal como foi demonstrado por Nahum (2012 s.p.), que analisou “Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)”. O autor cita

alguns exemplos, tal como no I PDA (1972-1974): “[...] a efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro será obtida através da ocupação *efetiva e racional* dos espaços vazios e *pari passu*, uma reformulação progressiva dos setores produtivos” ou, então, no II PDA (1975-1979): “[...] uma região pioneira em fase de mudança, onde a população e posse da terra evidenciando um forte contraste entre áreas de maior densidade relativa, ao lado de espaços vazios; complementaridade econômica”. O autor chama atenção de que ainda no III PDA (1980-85) essa concepção permanece e assim está disposto: “[...] a Amazônia ainda apresenta hoje como característica predominante um *imenso vazio demográfico*”<sup>6</sup>.

Nota-se, portanto, que há uma obsessão em torno da ideia de “vazio”, que vai atravessando as décadas. Logo, essa representação pretende-se uma verdade “atemporal”. É como se o inverso desse vazio só fosse efetivado após a total e completa ocupação capitalista no espaço amazônico.

Em uma versão anterior (Salgueiro, 2021) a esta que apresento agora, por exemplo, pude apresentar uma reportagem publicada no primeiro número, que trazia uma questão que é central para a compreensão daquele projeto e do que mencionei anteriormente. Acredito que vale muito a pena retomar e ampliar tal discussão.

Na abertura daquele fascículo, há, logo no subtítulo da reportagem “Reserva estratégica e econômica”, expressiva concepção sobre o espaço amazônico e uma indagação presente naquele contexto. Vejamos, a seguir: “A Amazônia sempre foi considerada como uma reserva, um *celeiro em potencial*. E é, de fato, uma reserva. Mas não se sabe, com exatidão, o tamanho e o valor dessa reserva. E até que ponto é *lícito* manter essa reserva *intacta e inexplorada?*” (Amazônia, Reserva estratégica e econômica, 1968, p. 9, grifos meus).

É interessante observarmos no fragmento mostrado anteriormente a questão da licitude de se manter intacta a reserva amazônica. Conforme mostram Lacerda e Vieira (2015) já no século XIX, encontravam-se discursos muito semelhantes ao que foi exposto na Série Realidade Brasileira, no que diz respeito à natureza como eventual “excesso” ou empecilho. Vejamos o que nos mostram as autoras, quando analisaram o jornal *Folha do Norte*:

[...] em 1898 [...] um articulista anônimo que escrevia no jornal paraense *Folha do Norte*, preocupado com o que chamava de “futuro da Amazônia”, afirmava aos seus leitores que era necessário “corrigir e modificar os excessos da natureza” com os “progressos das ciências agrônômicas”, para que a Amazônia chegasse a uma “nova era” (Lacerda e Vieira, 2015, p. 160)

A natureza como excesso e empecilho também se faz presente décadas mais tarde, em meados do século XX, como mostrei mais adiante. Antes disso, no entanto, ainda na questão da Amazônia como “celeiro”, Sá e Silva (2019) nos mostram como o discurso do IAN (Instituto Agrônomo do Norte)<sup>7</sup> dos anos 1940/1950 trazia tal visão ainda de maneira bastante central em seu discurso. Essa percepção sobre a Amazônia remete, por exemplo, ao início do século XIX, especialmente a partir de Alexander von Humbolt, típico explorador/naturalista do período, que parece ter cunhado tal expressão.

6 João Santos Nahum cita os Planos de Desenvolvimento da Amazônia, publicados pela Sudam (1971, 1972 e 1982). Sobre o assunto, ver texto do autor (Nahum, 2012). Os grifos das citações são meus.

7 Conforme informam os autores, o Instituto Agrônomo do Norte foi uma “[...] instituição criada pela política desenvolvimentista do governo brasileiro para a utilização agrícola da Amazônia nas décadas de 1940 e 1950” (Sá e Silva, 2019, p. 3).

É válido dizer, claro, que ela não carrega o mesmo significado em todos os discursos, dos mais variados lugares de produção, pois ora carrega aquele teor “desenvolvimentista” aos moldes da conceituação desenvolvida por Rist, ora está mais próximo de uma concepção sustentável da exploração da natureza, como foi o caso analisado pelos autores acima mencionadas, uma vez que o IAN focava em policultura, e não na monocultura, além de um tipo de “agricultura florestal” que deveria servir de modelo para o “[...] aproveitamento econômico de terras em todas as outras regiões tropicais úmidas do mundo” (Sá e Silva, 2019, p. 18).

Adicionalmente, é válido dizer que essa ideia de “celeiro” parece povoar o ideário de progresso/desenvolvimento que vem do final do século XIX e atravessa o século XX, tornando-se uma concepção “atemporal”, naturalizada e multiespacial. Faço essa afirmação, pois em Mato Grosso tal visão também era recorrente. Tive a oportunidade de fazer a mesma análise em outra ocasião (Salgueiro, 2011), quando avalei o chamado “estigma do atraso”, que tanto atormentava os grupos dirigentes mato-grossenses.

Quando o discurso desenvolvimentista precisava fazer-se presente, era necessário mostrar-se um *outro* que lhe fizesse oposição e justificasse sua efetiva necessidade e existência. Vale a pena trazer para o presente texto partes de uma obra intitulada *Retrato de Mato Grosso*, publicada em três edições (1955, 1960, 1969), que versava sobre o tema. Nesse sentido, apresentava o problema do “atraso” com bastante ironia, como se pode observar na versão ampliada, da segunda edição:

Ampliamos o **Retrato de Mato Grosso**, para que os céticos observem e verifiquem que o Estado de Mato Grosso *não é covil de onças, nem nucleamento de tribos selvagens...* [...] A menos que, *para espanto nosso*, índios e onças se tenham tornado fazendeiros e formado o *celeiro* [Mato Grosso] que está abastecendo o Brasil! E é de ver-se, então, como “índios” e “onças” usam de excelentes rodovias e de modernos meios de transportes para suas carreiras pelos “sertões abandonados”... (Campos, 1960, orelha da capa, grifos meus, negritos do autor).

Ora, é assim que esse discurso vai se desenhando, isto é, um espaço que não é plenamente desenvolvido dentro dos moldes capitalistas é percebido como atrasado. Como acertadamente afirma Bourdieu (2000), “espaço estigmatizado”, isto é, um lugar marcado “[...] pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra (Bourdieu, 2000, p. 126).

Logo, a questão remete perfeitamente bem ao projeto que se desenvolvia na época, uma vez que a enorme reserva amazônica – a natureza intacta e inexplorada – era vista como empecilho ao desenvolvimento pleno econômico, porque não era “racionalmente” desenvolvida.

Tratava-se, no final das contas, de discutir o modo como deveria ser feito o avanço à enorme floresta, ainda “virgem” da exploração capitalista. Em resumo, era necessário, portanto, o enfrentamento da “civilização” *versus* natureza.

É amplamente conhecido o fato de que o avanço sistemático à floresta amazônica não se inicia com os militares, bem como a concepção de que ela era um empecilho à civilização. Se observarmos, por exemplo, a construção da rodovia Belém-Brasília (iniciada no final dos anos 1950), notaremos isso de forma cristalina. A título de exemplo, pode-se observar o que relatava o presidente Juscelino Kubitschek no livro *Por que construí Brasília?* Vale a pena fazer uma longa

citação para uma compreensão panorâmica a respeito de suas ideias, uma vez que dá ênfase à região amazônica:

Lembrava-me das muitas vezes que havia sobrevoado a Amazônia. O avião parecia estar parado, dada a uniformidade do grandioso cenário que o cercava. Em cima, era o céu – este céu brasileiro, imenso, transparente, luminoso –, que dava a impressão de uma descomunal bola de vidro. Embaixo, *o oceano da floresta tropical* – cerrada, densa, *ameaçadora*. Aquela floresta não constituía um adorno, uma franja da natureza, para emprestar maior definição ao cenário. *Era uma presença opressora*, que se estendia por três quartos do território do país. Vista do alto, *infundia medo e causava apreensão*, e o que se ocultava sob a sua galharia era de afugentar o mais intrépido furador de mata. Tratava-se de um verdadeiro tecido conjuntivo – uma malha intrincada e fechada de cipós – intransponível até para os índios. Estes, vencidos pela hostilidade da selva, desde muito haviam se refugiado nas zonas da rarefação vegetal, à beira de certos rios e nas áreas calcárias em que escasseava o humo. *Como o homem branco, não afeito à agressividade da selva, poderia conquistar aquela terra?* (Kubitschek, 2000, p. 83).

Essa citação, carregada de elementos simbólicos expressivos, por meio de componentes linguísticos organizados no interior daquela narrativa (como “oceano da floresta”, “ameaçadora”, “presença opressora”, “medo”, “apreensão”, “agressividade”), levou-me às reflexões feitas pela historiadora Galetti (2012).

Embora tratando de outro espaço e contexto (mais especificamente, da região do antigo Mato Grosso), a autora nos traz importantes reflexões sobre aquele ideário. Em suas palavras,

O que prevalece é o desejo de **transformá-las** [as terras “virgens], **arrancá-las** de sua **placidez**, imprimir-lhes **movimento**, infundir-lhes novas energias. [Em face das] imagens dessas regiões remotas predominavam os propósitos de **recriar a sua geografia**: povoando-as com uma nova humanidade [...] imprimindo-lhes formas e conteúdos identificados com a *civilização*, integrando-as, enfim, na dinâmica de uma história que era apreendida como marcha em direção ao *progresso*. (Galetti, 2012, p. 161, grifos meus, negritos do autor).

O pesquisador Dutra e Silva (2014), ao analisar a morte do coordenador-geral da construção da rodovia (Bernardo Sayão), informa que, em 15 de janeiro de 1959, uma árvore caiu sobre o acampamento de Sayão, levando-o a óbito. Interessante observar como trágico acontecimento foi explorado pelo jornal *Última Hora*. Em texto citado pelo autor, há fragmentos fortemente simbólicos, como o que mostro a seguir: “Ele sabia que o inimigo era a floresta [...] Se aqueles milhares de soldados (as árvores) fossem vencidos, os homens de terno branco (da oposição) não teriam outro jeito a não ser se calar” (*Jornal Última Hora*, 1959, p. 63, apud Dutra e Silva, 2014, p. 32).

Nesse sentido, as representações que figuravam no imaginário político e econômico da época ainda estavam muito próximas àquilo que Galetti (2012) designava de “o outro geográfico” para sua análise sobre Mato Grosso. O que significa isso? Nas palavras da autora, uma visão segundo a qual

[...] setores significativos das elites latino-americanas levassem à invenção, para consumo interno, da figura de um *outro geográfico* dentro de seus próprios países. Construção extremamente ambígua, as representações sobre este *outro geográfico* projetavam regiões bárbaras e atrasadas, sobre as quais uma outra parte do país, em geral aquela onde os efeitos da modernização capitalista eram mais visíveis e que, portanto, representavam a sua face ocidentalizada, podia e devia exercer sua própria missão civilizadora. Assim, sobre partes de seus territórios e de suas populações, essas elites elaboraram representações que nada ficavam a dever, com toda a sua carga de preconceitos, à visão europeia sobre seus próprios países (Galetti, 2012, p. 28).

É interessante observar como em alguns dos textos publicados pela Série Realidade Brasileira ficava bastante evidente este anseio em tornar aquele “espaço atrasado” apto para a instalação de um projeto modernizador capitalista. Um dos argumentos, por exemplo, girava em torno de uma efetiva ocupação, uma vez que países estrangeiros voltavam seus olhares à região com cobiça.

Ainda no texto “Reserva estratégica e econômica”, por exemplo, nota-se essa visão a partir do seguinte fragmento: “Riqueza *sem posse efetiva* e *espaço sem ocupação* diante de um mundo faminto e superpovoado, com algumas potências querendo controlar riquezas e espaços [,] dão uma ideia da dimensão e da importância geoeconômica e geopolítica da Amazônia.” (Amazônia, O pote de ouro, 1968, p. 34, grifos meus).

Esse discurso do *vazio* já foi profundamente discutido e avaliado por muitos autores que buscam, em especial, compreender essa obsessão pelo desenvolvimento econômico das regiões do extremo-oeste e norte do país. Há, evidentemente, foco dado ao discurso do governo militar em torno da ideia de “vazio demográfico”, mas é evidente que o que importava – a questão de fundo – era a ausência de uma ocupação e exploração do espaço dentro dos moldes capitalistas. Tratava-se disso, no final das contas.

**Tabela 1 – Densidade demográfica nos Censos Demográficos, segundo as grandes regiões, 1950- 2010.**

Região	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	6,10	8,34	11,10	14,23	17,26	19,92	22,43
Região Norte	0,53	0,76	1,09	1,73	2,66	3,35	4,12
Região Nordeste	11,57	14,43	18,45	22,79	27,33	30,69	34,15
Região Sudeste	24,39	33,60	43,62	56,87	67,77	78,20	86,92
Região Sul	13,61	20,64	28,95	33,63	38,38	43,54	48,58
Região Centro-Oeste	0,95	1,67	2,88	4,36	5,86	7,23	8,75

Fonte: IBGE (2011). Elaborada pelo autor.

Ao lançarmos um olhar para o quadro histórico apresentado na Tabela 1, observaremos que, desde os anos de 1950, tanto a região Norte quanto a região Centro-Oeste foram as que mais cresceram em termos de densidade demográfica proporcionalmente em relação ao restante do país. Notadamente, nessa segunda metade do século XX, é que houve significativo incremento demográfico, com considerável destaque para o período que corresponde aos anos de 1970 a 1980 (tal como apresentado rapidamente no início deste artigo). Logo, os fortes investimentos efetuados no período da ditadura contribuíram para esse aumento porque, tanto para grandes capitalistas como para a população trabalhadora, o discurso em torno da Amazônia, vista como um lugar de “imensurável riqueza”, um “pote de ouro” ou um *el dorado*, foi relativamente bem-sucedido no que tange a esta questão. É evidente, insisto, que a preocupação maior era atrair pessoas (mão de obra e investidores) para tornar aquele espaço *produtivo* dentro de uma lógica expansionista capitalista e, por “bem-sucedido”, refiro-me apenas à concepção desenvolvimentista que compreendia aquele lugar como um “completo” *vazio*. Logo, o acréscimo de algo próximo de 3,5 (três vezes e meio) da densidade demográfica da região Norte entre 1950 e 1980 foi menor apenas que o incremento do Centro-Oeste (tanto em relação à média nacional ou às demais regiões do país), o que pode traduzir em parte o sucesso dessa agenda do Governo Militar.

A propaganda, nesse sentido, foi importante componente nessa empresa.

Não poderei, aqui, analisar detalhadamente os anúncios presentes na Série Realidade Brasileira (embora seja um sugestivo tema), mas gostaria de dedicar algumas linhas para fazer uma reflexão tanto no que diz respeito ao perfil desses anunciantes, como, por certo, o público-alvo dos leitores almejados pelo jornal.

Nos quatro fascículos da Série, foram publicados quarenta e nove anúncios, sendo que houve considerável disparidade na distribuição deles todos, como podemos observar na Tabela 2:

**Tabela 2 – Número de anúncios nos fascículos da Série Realidade Brasileira Amazônia.**

<b>Edição</b>	<b>Números de anúncios</b>
A ocupação do vazio	28
A filosofia dos grandes lagos	5
Os caminhos da ocupação	8
Dinheiro & desenvolvimento	8
<b>Total</b>	<b>49</b>

Fonte: Amazônia, O pote de ouro (1968); Amazônia, Reserva estratégica e econômica (1968); Amazônia: um vazio cheio de riquezas (1967); e As grandes perguntas do debate amazônico (1968). Elaborada pelo autor.

Nota-se, por exemplo, que a primeira edição recebeu maior quantidade de propagandas em relação às demais. Ainda assim, o que importa para a presente análise era o perfil dos anunciantes presentes naquela coleção, uma vez que também nos serve para compreendermos os objetivos econômicos por detrás daquelas publicações, bem como o público almejado ou, nos termos de Chartier (1999), a comunidade de leitores.

Conforme já vimos com Barzotto (1992), a publicidade contida em objetos periódicos (o autor trabalha especificamente com revistas) revela, de fundo, “uma concepção de sociedade”. O autor complementa ressaltando que o “[...] discurso que veicula produtos e valores destinados a compor o cotidiano do leitor presta-se principalmente para fazer propaganda ideológica” (Barzotto, 1992, p. 12).

Isso pode ser constatado a partir do padrão de anunciantes daquelas publicações. Ao observar todos os anúncios, posso destacar as três áreas ou perfis de anunciantes que tiveram maior destaque. Assim, não deve ser surpresa notarmos que as propagandas de órgãos estatais, tanto em nível federal quanto estadual, foram as que mais tiveram proeminência, chegando ao número de dezesseis anúncios. Logo a seguir, empresas ligadas à agropecuária se fizeram presentes, com sete anúncios, seguidas daquelas relacionadas à indústria como um todo, com seis dos quarenta e nove anúncios.

É válido também destacar, embora com apenas dois anúncios, as empresas dedicadas a oferecerem serviços na formulação de projetos (especialmente agropecuários) que pleiteassem financiamento público. Não podemos deixar de lembrar que a Sudam financiou vários deles no decorrer dos anos, e muitas das empresas agropecuárias que se instalaram na Amazônia foram privilegiadas por incentivos dessa natureza.

Como pude dizer anteriormente, lamentavelmente não há espaço para análise acurada de todos esses anunciantes, algo que precisará ser feito em ocasião futura. Entretanto, o que pretendi

mostrar aqui é a total conexão dos interesses daquela publicação periódica com os da iniciativa privada e, evidentemente, do Governo Militar.

Uma última consideração merece ser feita no presente artigo. No terceiro fascículo (“Os caminhos da ocupação”), um texto foi publicado com o objetivo de lançar questões e refletir sobre projetos efetivos para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Então, o título dado a essa reportagem era “As grandes perguntas do debate amazônico”.

A reportagem abria com uma enorme fotografia, na qual são mostrados dois tratores avançando sobre a floresta, criando veias abertas para fazer circular o sangue do desenvolvimento econômico no espaço. É válido destacar que – de início – devemos conceber que o uso da imagem (fotografia ou ilustração), aliada ao próprio texto, busca produzir um sentido. Entretanto, é mais do que isso, pois há interesse de fazer incutir no leitor uma identificação direta com o que está sendo colocado em tela. Em outros termos, há a “produção da necessidade”, uma vez que “[...] à medida que um conjunto de elementos vai se naturalizando como próprio do meio, outros vão sendo acrescentados até a naturalização” (Barzotto, 1992, p. 17). A necessidade a ser provocada/produzida, por certo, era aquela que apontava a integração rodoviária como um dos sinais mais claros do avanço do *moderno* em relação ao *atraso*.

É válido lembrar daquilo que nos fala Chartier (1994) sobre a relação do produtor (do produto material a ser lido) e do receptor (o leitor, o público-alvo, a comunidade de leitores). O autor informa que “[...] as formas se modelam graças às expectativas e competências atribuídas ao público por elas visado, mas, sobretudo, porque as obras e objetos produzem o seu nicho social de recepção” (Chartier, 1994, p. 21). Para o caso em tela, tratava-se de um aceno ao investidor e ao apoio às políticas desenvolvimentistas do governo Militar.

É válido salientar que jamais podemos compreender um projeto editorial nos moldes desse empreendido pela *Folha de S. Paulo* como um objeto impresso com objetivos meramente informativos, já que seu interesse é também comercial. Isso explica em boa medida o quanto os anúncios de órgãos estatais se fizeram tão predominantes naquele universo correspondente aos fascículos dedicados à Amazônia.

Deste modo, voltemos às “grandes perguntas” lançadas pela reportagem veiculada na Série Realidade Brasileira. É importante ressaltar que se tratava da abertura daquele fascículo.

A diversidade dos problemas técnicos da Amazônia e a complexidade de cada um deles dão ao esforço de desenvolvimento da região um caráter polemico, seis perguntas adquirem importância especial.

- Existe uma tecnologia para fazer agricultura nas regiões úmidas dos trópicos?
- Que fazer com a floresta amazônica?
- Quais são, onde estão e como explorar os tão propalados recursos naturais da região?
- Considerando que a Amazônia legal representa cerca de dois terços do território brasileiro, justifica-se um planejamento global para tão grande área?
- O que é mais importante para o atual estágio de desenvolvimento da Amazônia: investir na construção de rodovias, que atravessam imensas áreas despovoadas ou incrementar um programa de valorização dos rios, vias naturais da região?
- Qual a política mais aconselhável, concentrar recursos nas áreas povoadas ou dispersá-los em projetos espalhados por toda a Amazônia? (As grandes perguntas do debate amazônico, 1968, p. 91).

Quando se observam algumas das respostas às questões acima levantadas, nota-se o desenho de uma visão bastante presente na época em relação ao desenvolvimento econômico, isto

é, a ideia segundo a qual era necessário fazê-lo a partir de uma racionalidade que deve tornar viável o aumento de lucros e o baixo custo de investimentos, explorando – evidentemente – da forma mais efetiva possível os recursos naturais. Vejamos, a seguir, como isso é colocado quando há uma tentativa em buscar responder à última questão, no tópico “Floresta: a riqueza problema”:

Bastara que grandes empresas, bem-organizadas tecnicamente, como algumas que já operam na África, se disponham a explorar, racionalmente, as riquezas, aproveitando, sob forma integrada, número bastante considerável de essências disponíveis por hectare, para tornar a operação mais lucrativa e os custos operacionais menores (As grandes perguntas do debate amazônico, 1968, p. 92).

Adicionalmente, insistia-se na ideia segundo a qual os recursos naturais do restante do mundo estavam entrando em profunda escassez, logo, a Amazônia seria o fornecedor maior de matéria-prima para o restante do Globo (o que nos remete novamente à ideia de “celeiro”):

A Amazônia, praticamente virgem no aproveitamento racional dos seus imensos recursos florestais, está predestinada a se transformar, muito brevemente, no maior centro produtor mundial de matéria-prima vegetal, não só porque as regiões que ainda dispõem de alguma reserva florestal não estão em condições, por motivo vários, de atender à demanda cada vez maior de matéria-prima, como, também, porque as reservas mundiais estão-se esgotando rápida e progressivamente (As grandes perguntas do debate amazônico, 1968, p. 92).

Era preciso, pois, transformar aquele espaço, situando-o dentro de uma visão segundo a qual aproveitar racionalmente significava torná-lo produtivo. Para exemplificar, pode-se notar tal concepção a partir de outro exemplo. Sob o título “Como povoar a Amazônia?”, o que se lê nas páginas iniciais daquela reportagem ilustra bem aquilo que busquei enfatizar aqui, como se pode observar nas palavras a seguir:

*Integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento do país é, antes de tudo, mais uma tarefa de fortalecê-la economicamente, proporcionando-lhe uma economia autossustentável, do que propriamente, de povoar seu território (As grandes perguntas do debate amazônico, 1968, p. 97).*

Nota-se no fragmento acima que, muito mais do que povoar, era necessário empreender. Fortalecê-la economicamente é atrair capitais para a região, por meio de projetos e incentivos diversos, como efetivamente se deu, conforme hoje podemos observar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, meu principal objetivo foi dar seguimento à reflexão que tenho feito sobre publicações periódicas e as leituras, visões, diagnósticos do mundo por elas lançadas a respeito do contexto em que estão inseridas, com o intuito de promover determinada compreensão de progresso e desenvolvimento.

Muitas outras considerações, enfoques e questões podem ser lançados quando se analisa uma publicação especial como a Série Realidade Brasileira da *Folha de S. Paulo*. O que pretendi mostrar aqui foi uma leitura panorâmica do objeto em tela, dando destaque a algumas questões em especial, que foram mais marcantes em seu discurso. Assim, por detrás da ideia de vazio demográfico, havia, claro, a ausência de capitais que pudessem fazer desenvolver aquele espaço.

Como podemos observar hoje, nas décadas que se seguiram, inúmeras contradições socioeconômicas e culturais emergiram dos projetos governamentais ou ações da iniciativa privada no interior da Amazônia Legal. Ainda assim, há quem não considere que esses projetos apresentem considerável fracasso, mesmo revelando enorme carência de equidade social, de distribuição de terras mais equilibrada, bem como enorme devastação ambiental.

Desde então, decorreram diversas práticas, que foram efetivadas no curso dos anos até os dias atuais, pois o que nos parece central foi a construção de uma visão de mundo que alimentou a ideia segundo a qual para a região amazônica só restaria o avanço sobre a floresta e o uso dos seus recursos naturais, por meio de projetos de todo tipo, destacando-se, por exemplo, aqueles relacionados aos setores agropecuário, energético e minerador.

A região de Carajás, por exemplo, é exemplo concreto desse projeto desenvolvimentista, uma vez que os maiores índices de violência do campo do país, de trabalho análogo à escravidão e de devastação, estão situados nesse espaço. Logo, se analisar tais questões, à luz da história, nos serve para alguma reflexão, provavelmente a desnaturalização daquilo que nos é apresentado como natural (como a vocação agropecuária, por exemplo) já é um primeiro passo para uma melhor compreensão do atual estado das coisas.

## REFERÊNCIAS

- Amazônia, O pote de ouro. (1968, 28 abr.). *Folha de S. Paulo*.
- Amazônia, Reserva estratégica e econômica. (1968, 28 abr.). *Folha de S. Paulo*.
- Amazônia: um vazio cheio de riquezas. (1967, 16 abr.). *Folha de S. Paulo*.
- As grandes perguntas do debate amazônico. (1968, 12 maio). *Folha de S. Paulo*.
- Barzotto, V. H. (1992). *Leitura de propaganda de agrotóxicos: contribuição aos estudos da ideologia da modernização*. [Dissertação de mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp]. Campinas.
- Beltrão, L. (1980). *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina.
- Bourdieu, P. (2000). A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. [1984]. In *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel.
- Campos, F. V. (1960). *Retrato de Mato Grosso*. Campo Grande: Oeste Editora.
- Capelato, M. H. e Mota, C. G. S. S. d. (1981). *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Imprensa.
- Cardoso, F. H. e Müller, G. (2008). *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788599662731>
- Chartier, R. (1990). *A História Cultural entre práticas e representações sociais*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Chartier, R. (1994). *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII* (2 ed.). Brasília: UnB.
- Chartier, R. (1996). Do livro à leitura. In R. Chartier (Ed.), *Práticas da leitura* (Vol. 2, pp. 77-105). São Paulo: Estação Liberdade.
- Chartier, R. (1999). *A aventura do livro: do leitor ao navegador* (R. Moraes, Trad.). São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do estado de São Paulo.
- Chartier, R. (2011). Defesa e ilustração da noção de representação. *FRONTEIRAS: Revista de História*, 13 (24), 15-29. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588265645002>
- Cunha, E. (2001). Preâmbulo. In A. Rangel (Ed.), *Inferno Verde* (5 ed.). Manaus: Valer (Governo do Amazonas).
- Darnton, R., Roche, D. e Jordan, M. M. (1996). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp.

- Dias Júnior, C. S. e Verona, A. P. (2018). Os indígenas nos Censos Demográficos brasileiros pré-1991. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 35 (3). Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0058>
- Dutra e Silva, S. (2014). O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília. *Fronteiras: Revista Catarinense de História* (23), 21-36. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2014n23.8101>
- Ferreira, L. C. (2003). *Prática de leitura: os limites instaurados pela materialidade do suporte de textos revista*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Unesp]. Araraquara.
- Folha de S. Paulo. (s.d.). *Acervo Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br>
- Galetti, L. d. S. G. (2012). *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. EdUFMT.
- Garfield, S. (2009). A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*, 29, 19-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000100002>
- Harvey, D. (1975). The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the Marxian theory. *Antipode*, 7 (2), 9-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.1975.tb00616.x>
- Hébette, J. (1991). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Belém: NAEA.
- Hoelle, J. (2021). *Cambóis da Floresta: O crescimento da pecuária e a cultura de gado na Amazônia brasileira*. Rio Branco: Edufac.
- IBGE. (2011). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Kubitschek, J. (2000). *Por que Construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Lacerda, F. G. e Vieira, E. R. C. (2015). "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 16 (30), 157-181. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X016030006>
- Loureiro, V. R. e Pinto, J. N. A. (2005). A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54), 77-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005>
- Luca, T. R. (2008). A grande imprensa na primeira metade do século XX. In A. L. Martins (Ed.), *História da imprensa no Brasil* (Vol. 1). São Paulo: Contexto.
- Monteiro, M. A. e Silva, R. P. (2023). Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 17-34). Belém: NAEA. (neste volume)
- Nahum, J. S. (2012). Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. *Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, XVII (985). Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Biblio3w/article/view/258059>
- A ocupação do vazio. (1968, 28 abr.). *Folha de S. Paulo*.
- Pereira, A. d. R. (2013). *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. [Tese de doutorado, CFCH, UFPE]. Recife.
- Rapozo, P. e Silva, M. C. (2013). As políticas de modernização e desenvolvimento na Amazônia brasileira: olhares sobre o discurso e a questão ambiental contemporânea. *Configurações. Revista Ciências Sociais* (11), 67-76. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1909>
- Rist, G. (2008). *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. Nova York: Zed Books.
- Sá, D. M. d. e Silva, A. F. C. d. (2019). Amazônia Brasileira, celeiro do mundo: ciência, agricultura e ecologia no Instituto Agrônomo do Norte nos anos 1940 e 1950. *Revista de História (São Paulo)*, 1-26. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.145623>
- Salgueiro, E. d. M. (2011). *"O maior projeto em prol de Mato Grosso": uma análise da revista Brasil-Oeste (1956-1967)*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UFGD]. Dourados.
- Salgueiro, E. d. M. (2017). Fugindo do estigma: visões sobre Mato Grosso nas páginas da Série Realidade Brasileira e da revista Brasil-Oeste. *Anos 90*, 24 (46), 269-300. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.66374>
- Salgueiro, E. d. M. (2021). Representações do desenvolvimento nas páginas da Série Realidade Brasileira: fascículos sobre a Amazônia. *História: Questões & Debates*, 69 (2), 220-250. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/his.v69i2.65563>

**Sugestão de citação:**

Salgueiro, E. d. M. (2023). A Amazônia em páginas impressas: a Série Realidade Brasileira da Folha de S. Paulo. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 117-138). Belém: NAEA. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8.cap07>